



MUNICÍPIO DE ALCOCHETE

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

N.º 03/13

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA
DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL
REALIZADA EM 27 DE
DEZEMBRO DE 2013**

Aos vinte sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e treze, nesta vila de Alcochete e salão nobre dos paços do concelho, pelas 21:00 horas, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Alcochete, presidida por Miguel Boieiro, encontrando-se presentes os seguintes membros:

Pela CDU – Coligação Democrática Unitária:

Paulo Alexandre Meireles de Carvalho Alves Machado, Fernando Manuel Catum Leiria, Natacha Patrícia Bexiga Patinha, Rodolfo Soares Marques Pereira, Sónia Cristina Rodrigues Macieira Ramos, Sérgio Miguel Pratas Duarte, Fábio Gonçalo Ferraz Ricardo Bernardo e Luís Manuel Teopisto Cardoso.

Pelo Partido Socialista:

Iolanda Patrícia Dâmaso de Pinho Nunes, Bruno José Pereira Soares e Maria Amélia Martins Faria dos Santos.

Pelo Centro Democrático Social/Partido Popular:

Mário Luís Pintado Alves, Pedro Miguel Tarú Canteiro e Patrícia Pinto Felizes Figueira.

Pelo Partido Social Democrata:

João Manuel Alves Nunes do Valle e Luiz Branco Batista.

Presidentes das Juntas de Freguesia:

- Estêvão António das Neves Boieiro, Presidente da Junta de Freguesia de Alcochete (CDU), António Joaquim Gomes Almeirim, Presidente da Junta de Freguesia de Samouco (CDU) e Luís Miguel Fernandes Madeira, Presidente da Junta de Freguesia de S. Francisco (CDU).

Faltaram à sessão:

Paula Alexandra Ferrão Pereira, justificou por escrito a sua ausência, por motivo de doença de familiar, tendo sido substituída por João Ladislau Teles de Matos.

Manuel Carlos Bento Fradiano, justificou por escrito a sua ausência, por motivos de saúde, assim como Mário Boieiro, por se encontrar ausente do concelho, tendo sido substituído por Rute Alexandra Dâmaso de Pinho Nunes.

As justificações foram aceites por unanimidade.

Pelo executivo municipal encontravam-se presentes o Presidente da Câmara, Luís Miguel Carraça Franco e os Vereadores José Luís dos Santos Alfélua, Jorge Manuel

Pereira Giro, Susana Isabel de Freitas Custódio, Raquel Sofia Leal Franco Salvado Prazeres, Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmento e Vasco André Marques Pinto.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Assembleia informou sobre a distribuição da seguinte documentação:

- Sobre a correspondência recebida. (Doc 1)
- Relatório de Atividades do Presidente da Assembleia Municipal. (Doc 2)

A Assembleia tomou conhecimento.

ATAS

Ao abrigo da alínea c) do nº 2 do artigo 18º do Regimento foram colocadas à discussão as seguintes atas:

- Ata de 18 de outubro 2013

Submetida à discussão e votação, a ata foi aprovada por maioria, com 1 abstenção (de Rute Alexandra Nunes por não ter estado presente) e 23 votos a favor.

- Ata de 28 de novembro 2013

Submetida à discussão, Mário Alves, propôs as seguintes alterações:

- No ponto 2, o eleito do CDS/PP, para a CPCJ, é Patrícia Pinto Felizes Figueira e não Pedro Miguel Tarú Canteiro.

Na página 7, onde se lê “4%” deve ler-se “0,4%”.

Submetida à votação, com as alterações propostas, foi aprovada por maioria, com 1 abstenção (de Rute Alexandra Nunes por não ter estado presente) e 23 votos a favor.

Ao abrigo da alínea d) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Luiz Batista:

Perguntou por que motivo não foi publicitado no *site* da Câmara, a lista de dívidas a fornecedores correspondentes ao primeiro semestre do corrente ano.

Ao abrigo da alínea e) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Sónia Ramos:

Solicitou esclarecimentos sobre a situação que se está a passar no CENSA- Centro Social de S. Braz, no Samouco, dado que teve conhecimento do possível encerramento desta instituição (penhora publicitada na internet com o preço base de €41 909), o que acarretaria prejuízos para os seus utentes e familiares.

- Vereadora Susana Custódio:

Esclareceu que também a Câmara Municipal tem conhecimento do assunto. Tem conhecimento, não através da direção do CENSA, mas sim através da senhora diretora da Segurança Social e também do senhor Presidente das IPP's, que junto da Câmara partilharam as suas preocupações relativamente à instituição.

Já em julho/agosto era do conhecimento geral a publicitação de uma penhora no *site* das Finanças, tendo então o vereador Paulo Machado em conjunto com a Segurança Social, conseguido um acordo de pagamentos, dado existirem dívidas à Segurança Social. Contudo, parece que o mesmo não foi cumprido, pelo que o serviço de Finanças vem novamente tentar reaver as verbas em dívida.

É muito grande a preocupação por parte da Câmara e da Segurança Social porque se trata de 30 idosos que estão nas valências de Centro de Dia e Apoio Domiciliário, assim como de 53 crianças que frequentam a instituição (não contabilizando as que estão na valência do pré-escolar dado que para estas não há acordo com a Segurança Social), pelo que a concretizar-se o encerramento ficam sem estas respostas sociais.

Uma outra preocupação prende-se com a situação dos 28 trabalhadores, que também têm em risco os seus postos de trabalho, o que em tempo de crise social e económica coloca grandes problemas.

Não quis tecer comentários à gestão da instituição, contudo, chamou a atenção para os valores cobrados pela prestação de alguns serviços, que ficam abaixo dos praticados num pré-escolar da rede pública.

- António Almeirim:

Enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Samouco não pode ignorar o que se passa na freguesia, apesar de esta não ter uma ação direta sobre o CENSA e embora correndo o risco de ser deselegante, direcionou o seguinte repto a Luiz Batista:

O presidente do CENSA é militante do PSD, tendo no entanto, ultimamente, pedido a desfiliação do partido e solicitado a renúncia de mandato como membro da Assembleia de Freguesia de Samouco e sendo o senhor Luiz Batista presidente da concelhia do PSD/Alcochete, pessoa esclarecida, dando constantemente provas disso nesta Assembleia, tinha alguma informação que pudesse facultar sobre este assunto.

- Luiz Batista:

Informou da sua solidariedade com toda a situação e está preocupado com as famílias e utentes bem como de outras situações que se passam no CENSA.

Esclareceu que não lhe cabe a si nem ao partido que representa qualquer responsabilidade. O presidente do CENSA foi militante do PSD até há pouco tempo e por decisão pessoal resolver tomar a ação de se desfiliar, coisa que acontece em todos os partidos.

Manifestou a sua solidariedade para com o presidente do CENSA (Nelson Constantino), realçando a sua abnegação, trabalho, prontidão e voluntarismo demonstrados na freguesia de Samouco.

Quanto ao aspeto da má gestão, na verdade, quando se proporciona um serviço a custos que não se podem cobrir, é lógico que gera défice e a certa altura as coisas tornam-se incontrolláveis, não se devendo descurar que a direção não se formaliza numa única pessoa, mas sim num coletivo.

Do que tem conhecimento, a situação é um pouco grave, mas não tem conhecimento nem dimensão para poder saber se a instituição se mantém em funcionamento ou se irá encerrar, desejando no entanto, que continue em funcionamento com sustentabilidade, para dar o necessário apoio no Samouco.

Ao abrigo da alínea f) do nº 2 do artigo 18º do Regimento registaram-se as seguintes intervenções:

- Iolanda Nunes, em nome do PS, apresentou um Voto de Pesar sobre a "Morte de Nelson Mandela".

- Fábio Bernardo, em nome da CDU, apresentou uma Saudação "À Vida e legado de Nelson Mandela".

Miguel Boieiro, propôs as seguintes alterações, que foram aceites:

Na proposta apresentada pelo PS onde se lê "memória" deve ler-se "exemplo" e na proposta apresentada pela CDU, onde se lê "África do sul" deve ler-se "África do Sul".

Colocadas à discussão, registaram-se as seguintes alterações:

- Fernando Leiria:

Esclareceu que, aquando da tomada de posse, afirmou ter havido um deputado que no seu discurso em determinada altura, focava que na Assembleia se deveria falar de economia, emprego, educação, cultura, ambiente, urbanismo entre outros, porque para debates políticos há a Assembleia da República.

Frisou, para ficar claro, que a bancada da CDU não concorda nada com isto, porque a Assembleia Municipal é um órgão eminentemente político e os seus membros também são eleitos para defender o que de mal e de bem se apresenta e vota na Assembleia da República.

Voltando à moção, retratou o episódio que se passou nos estúdios da SIC, em que eram interlocutores a vice-presidente do grupo parlamentar do PSD e António Filipe do PCP quando foi anunciada a morte de Nelson Mandela, sublinhando a hipocrisia demonstrada pela representante do PSD.

A bancada da CDU também concordou com a moção apresentada pelo PS e informou que também concorda com a votação em separado das duas propostas de moção.

- Luiz Batista:

Informou que o PSD está solidário naquilo que as duas moções representam, ou seja, de respeito pela figura que foi e será como exemplo para o mundo, Nelson Mandela. No que é referido relativamente a Cavaco Silva não concordou, por entender que este foi sempre a favor da libertação de Nelson Mandela, explicando de seguida as circunstâncias que em sua opinião se viviam, quando ocorreu a votação da resolução na ONU.

- Fábio Bernardo:

Lamentou a posição do PSD, declarando não entender como é possível aceitar a postura de Cavaco Silva, ou seja, da direita portuguesa, na altura, ao querer salvaguardar os emigrantes portugueses de possíveis represálias caso os negros chegassem ao poder, descurando por esse motivo o direito de liberdade e igualdade que o povo da África do Sul tinha.

Nelson Mandela demonstrou mais tarde que os receios de Cavaco Silva eram infundados.

Submetida à votação a proposta do PS, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Submetida à votação a proposta da CDU, foi aprovada por maioria, com 2 votos contra (PSD) e 22 votos a favor (CDU, PS e CDS/PP).

- Miguel Boieiro propôs que a Assembleia Municipal subscrevesse a moção aprovada em reunião da Câmara Municipal “Contra a privatização da Empresa Geral de Fomento, SA – Pela defesa do serviço público”.

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Luiz Batista:

Na sua opinião, a EGF é um sistema que tem a ver com todos, porque todos são produtores e lixo, logo alguém tem que ter a incumbência de o recolher, tratar e posteriormente até o valorizar. Mais disse que nada o afeta se o serviço é feito por particulares ou por entidade pública, sendo apenas importante que seja bem feito.

Lembrou que a privatização decorre do n.º 3 do ponto 31 do Memorando da Troika e refere-se aos 31% que pertencem às Águas de Portugal, ou seja ao Estado. Neste assunto, a Câmara na sua qualidade de cliente foi má pagadora (tal como acontece com outros municípios), chegando a atingir uma dívida superior a 1 800 mil euros, apesar de já ter assinado o contrato para regularizar as verbas em dívida, levando a que seja difícil gerir um sistema em que os próprios “donos” não cumprem os seus compromissos.

- Fábio Bernardo:

Todos sabem a diferença entre serviço público e privado. Basicamente, o primeiro tem como objetivo servir as populações e o privado tem como objetivo gerar lucro.

Questionou se a AMARSUL dá lucro, então porque há-se ser privatizada? Será que a intenção é a de criar um estado minimalista, que vende tudo o que dá lucro e fica com o que dá prejuízo?

- Paulo Machado:

Recordou Shakespeare, através de alocução a uma peça denominada “Coreolanos” em que se pergunta: “O que é a cidade senão as pessoas?”. Hoje, aqui, pergunta-se: o que é a defesa do serviço público senão a defesa dos seus cidadãos?

A privatização deste serviço trará aumentos brutais para os cidadãos e ao contrário do que se possa pensar, este sistema não é inocente. A “boutade” que se tem vindo a discutir sobre serviço público é política e uma mentira profunda e total, sendo uma cabala contra o serviço público em geral. Salientou que em áreas específicas tais como a educação, a saúde, a água, entre outras, apenas é visada a mudança de paradigma de forma determinada e consistente por parte do governo do PSD/CDS-PP. Ao fim de anos, com a sua estratégia, devagarinho, paulatinamente levou a” água ao seu moinho”, ou seja, a vontade determinada de destruição do serviço público privatizando-o para que dê lucro aos grandes grupos económicos a quem serve.

Os deputados municipais não servem estes grupos, mas sim a população e portanto a posição destes, de ética inquestionável, é de saber quem é o seu dono e quem manda neles. O serviço público é pago com os impostos de todos e a sua sustentabilidade tem que ser pensada, mas não é para dar lucro.

- Vereador Jorge Giro:

Afirmou não esperar outra tomada de posição por parte do PSD, porque o governo prefere nacionalizar prejuízos em vez de lucros. Tudo o que dá prejuízo o governo assume e a malta paga. O que dá lucro, o governo vende e privatiza para os seus.

Lembrou que, em 2011, a AMARSUL teve resultados operacionais de 7 milhões de euros, resultados líquidos de 2 milhões e um capital próprio de 13 milhões de euros, ou seja, é a quarta maior empresa do grupo EGF.

Foi o povo de Alcochete que elegeu a Câmara e a Assembleia e não o povo do resto do país, pelo que devemos aqui defender quem nos elegeu, seja de que partido for e com esta atitude iremos defender que a AMARSUL continue na esfera pública.

De seguida, recordou todo o processo, desde 1997, que levou à obrigatoriedade por parte do governo de as câmaras escolherem sistemas multimunicipais, quando os municípios preferiam sistemas intermunicipais. Vai-se agora proceder à venda, apesar das câmaras terem firmado um contrato e assinado de boa-fé, não esquecendo que foram os municípios que puseram a empresa de pé, tornando-a estável, viável e apetecível.

No momento, a tarifa é estável, mas certamente irá ter um sistema idêntico ao da EDP, que é revista de 3 em 3 meses, a qual só aumenta, porque baixar nunca é possível.

Dado que Luiz Batista referiu uma dívida da Câmara para com a AMARSUL, solicitou que este identificasse na próxima sessão onde foi buscar os valores que referiu.

- Presidente da Câmara:

Recordou que o Memorando com a Troika tem três chancelas: a do PS, que tinha uma maioria relativa que sustentava o governo, mas também a do PSD e do CDS-PP, lembrando a intervenção do Prof. Eduardo Catroga em todo o processo.

No que concerne à suposta dívida à AMARSUL indicada por Luiz Batista, esclareceu que não é verdade, porque a Câmara está a cumprir escrupulosamente com os seus compromissos financeiros assumidos com o Conselho de Administração daquela entidade.

Presumivelmente, Luiz Batista queria referir-se à SIMARSUL e de facto com esta entidade a Câmara não tem a sua situação regularizada. Os pressupostos do incumprimento já por várias vezes foram explicados na Assembleia (repetindo-os contudo, uma vez mais), não podendo por isso o senhor deputado alegar desconhecimento.

O governo obedece a tudo o que a Troika manda, não defendendo assim o interesse dos portugueses, tanto mais que o sistema que pretendem apenas foi implementado no Reino Unido, no tempo de Margaret Thatcher, sendo que até na Alemanha tal não acontece, sendo serviços municipais. Em França, a palavra de ordem é “remunicipalizar” e em Portugal, lamentavelmente, anda-se sempre nos antípodas daquelas que são as correntes mais favoráveis que existem na Europa.

Salientou, que em Alcochete o escalão mais baixo tem o valor de €0,36 por metro cúbico e que de acordo com o proferido em entrevista dada pelo presidente das “Águas de Portugal”, que foi eleito pelo CDS-PP, o valor referência passará para €3,00/metro cúbico. É na verdade, um aumento difícil de adjetivar, não entendendo como irá Luiz Batista justificar às poucas pessoas que nele votaram e no PSD, que não se tenha batido e defendido pelos valores que os munícipes pagam em Alcochete, contrariamente aos que passarão a pagar aquando da privatização da “Águas de Portugal”.

Submetida à votação, foi aprovado por maioria subscrever a moção, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 5 votos contra (CDS/PP e PSD).

Fizeram declaração de voto:

Patrícia Figueira em nome do CDS/PP e Iolanda Nunes em nome do PS.

- Fernando Leiria, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “A possível extinção do serviço de Finanças de Alcochete”.

Submetida á discussão, registaram-se as seguintes intervenções:

- Mário Alves:

Registou com agrado a apresentação desta moção, porque já anteriormente tinha sido entregue uma moção sobre o mesmo assunto, pelo vereador Vasco Pinto, em reunião de Câmara, a qual a está a trabalhar.

Reiterou que o interesse da população está acima de tudo, pelo que se revêm na preocupação referente à hipótese do encerramento do serviço de Finanças em Alcochete.

- Luiz Batista:

Afirmou que se assiste a uma corrida de populismo. Primeiro o CDS-PP apresenta uma moção do mesmo teor em reunião de Câmara que está a ser trabalhada para reunir consenso e vem agora a CDU atrair para a Assembleia o assunto, querendo ganhar a dianteira através deste órgão e assim, ganhar a rédea do populismo.

Historiou, na sua opinião, o desenvolvimento que este assunto tem desde 2006, aproveitando para garantir que em momento nenhum os cidadãos ficarão sem apoio caso o serviço encerre.

- Fernando Leiria:

Face à posição assumida por Luiz Batista, quase lamenta que este não tenha tido os votos necessários para integrar o executivo camarário, porque também teria querido consensualizar esta moção.

O PSD nesta matéria mantém sempre a mesma posição, que é a do governo, em que ou se fecha ou se privatiza e a de Alcochete como tem más condições pode fechar.

Mais disse, que a Assembleia Municipal nada tem a ver com a Câmara. Fez um reparo a Luiz Batista no sentido de estar a ser malcriado com os comentários que faz.

Relativamente à declaração de voto apresentada pelo CDS-PP, entende que há muitas coisas que não correspondem totalmente à verdade, não se devendo tomar posições só depois das questões consumadas.

Também lutaram contra a privatização dos CTT e ela aconteceu. Até por “acaso” um dos acionistas que comprou 5% chama-se *Golden Sachs*, o que demonstra algumas aldrabices que o atual governo faz.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor (CDU, PS e CDS/PP) e 2 abstenções (PSD).

- Luís Teopisto, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção “Contra as 40 horas semanais”.

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- Luiz Batista:

Entende que se está perante uma situação à qual foi dada provimento por parte do Tribunal Constitucional e quanto a alguns, este Tribunal para umas coisas é bom apenas quando vai ao encontro do que querem.

Esta medida é constitucional e deve ser implementada, ressalvando, que o Tribunal abre a hipótese de se poder negociar (coisa que os sindicatos aproveitaram) uma flexibilização até às 40 horas semanais, não se devendo portanto, apresentar moções deste tipo.

- Fernando Leiria:

Afirmou que se há pessoas que não podem falar do Tribunal Constitucional, são de certeza as do governo e as do PSD, porque até internacionalizaram as formas de pressão sobre aquele.

A CDU respeita sempre o Tribunal Constitucional, mas entende ter o direito de criticar aquilo que é efetivamente um roubo nos salários. Os trabalhadores trabalham mais tempo e não são remunerados pelo acréscimo, não esquecendo o roubo nos 3 dias de férias, os feriados e a redução no pagamento das horas extraordinárias para além da suspensão da contratação coletiva, o que tudo somado, representa 2,1 milhões de euros/ano, que passam do trabalho para o capital.

- Isabel Trindade:

Na sua opinião, este assunto não passa de um embuste para lançar trabalhadores contra trabalhadores.

Informou que uma grande parte dos trabalhadores da Câmara faz até mais do que 40 horas semanais e que, até no seu caso, irá trabalhar no próximo feriado porque quer, porque gosta do que faz, porque não é obrigada.

Lembrou que está demonstrado que as pessoas trabalham mais quando estão motivadas.

- Paulo Machado:

Frisou que esta matéria do aumento semanal de trabalho para as 40 horas é uma matéria de gestão de recursos humanos. Sabe-se que as decisões foram tomadas no âmbito da Troika, constando do Memorando como uma política clara de reforço daquilo que é a perseguição aos trabalhadores da Administração Pública. É perseguição porque há desvalorização dos ordenados.

Uma política de gestão de recursos humanos pressupõe que haja, neste caso concreto, estudos que reflitam que ao aumento do trabalho corresponde um aumento de eficácia e eficiência no respeitante à poupança nos objetivos que se propõe.

Lembrou em matéria de gestão de recursos humanos, que o atual 1.º Ministro quando era gestor de recursos humanos, (provavelmente numa empresa de Ângelo Correia) frisava a importância da motivação dos trabalhadores para melhor desempenho nas suas funções.

Lançou um desafio aos que consideram os trabalhadores “gorduras” (assim, os trabalhadores vão estar “gordurosamente” a trabalhar mais), a refletir nesta matéria para conseguirem perceber se a mais tempo no posto de trabalho corresponde uma maior eficácia e eficiência.

Apelou para que a Câmara e a Assembleia lutem por todos os meios contra esta medida do Tribunal Constitucional (olhado por muitos como comunista, mas não tão comunista como gostaria). Agradeceu também aos juizes deste Tribunal designados pelo PSD e CDS-PP que votam do nosso lado, mostrando que têm consciência.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 5 votos contra (CDS/PP e PSD).

- Rui Santa, em nome da CDU, apresentou uma proposta de moção sobre “Convergência de pensões”.

Submetida à discussão, Fernando Leiria, comentou que, apesar do que dizem alguns “blogueiros” que o Tribunal Constitucional é comunista, a verdade é que quem internacionalizou a pressão sobre este foi o 1.º Ministro ao lado de Durão Barroso e da senhora Lagarde, que, pasme-se, fez um apelo aos grandes monopolistas do país para reunirem com o Tribunal Constitucional no sentido de tentarem chegar a um acordo.

Submetida à votação, foi aprovada por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 5 votos contra (CDS/PP e PSD).

PERÍODO DE PRESTAÇÃO DE ESCLARECIMENTOS E INFORMAÇÕES DA CÂMARA MUNICIPAL

O presidente da Câmara esclareceu Luiz Batista, dizendo que a lista da dívida a fornecedores não foi colocada no *site* por lapso, mas que tal será feito na próxima semana.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO PRESENTE

Não se registaram pedidos de intervenção.

O Presidente da Assembleia Municipal, propôs a realização de um intervalo de dez minutos, o que foi aceite por unanimidade, tendo-se de seguida retomado os trabalhos.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

Antes de dar início aos pontos da Ordem do Dia, o presidente da Assembleia Municipal, esclareceu que na Assembleia Municipal a soberania não está na Mesa nem no seu presidente, está sim e sempre na Assembleia.

Fez notar que, quando houver alguma discordância em relação a uma decisão do presidente, cada deputado poderá sempre recorrer à Assembleia através de requerimento.

O presidente da Assembleia não é imune relativamente a qualquer erro e em caso de discordância a Assembleia é que decide.

PONTO 1 – INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

A Assembleia tomou conhecimento, não se tendo registado pedidos de informação ou esclarecimento.

PONTO 2 – ALTERAÇÃO DA COMPOSIÇÃO DA MESA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL – ELEIÇÃO DE NOVO SECRETÁRIO

Fernando Leiria, informou que o coletivo da CDU escolheu Rui Santa para 1.º Secretário, só que este, por motivos da sua vida pessoal não pode tomar posse na data correta, daí, aparecer agora este pedido de alteração à composição da Mesa.

A bancada da CDU propôs Rui Manuel da Graça Santa para 1.º Secretário.

Colocada à votação, por escrutínio secreto, foi obtido o seguinte resultado: 16 votos a favor e 8 votos em branco.

Desta forma, ficou eleito Rui Manuel da Graça Santa como 1.º Secretário da Assembleia Municipal, tendo o mesmo tomado assento na Mesa.

PONTO 3 – PRONÚNCIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE ALCOCHETE SOBRE A PROPOSTA DA DIREÇÃO-GERAL DO PATRIMÓNIO CULTURAL DE FIXAÇÃO DE ZONA ESPECIAL DE PROTEÇÃO (ZEP) CONJUNTA DA IGREJA DE S. JOÃO BATISTA, MATRIZ DE ALCOCHETE, DA CAPELA DE NOSSA SENHORA DA VIDA E DA IGREJA DA MISERICÓRDIA DE ALCOCHETE, SITAS NA FREGUESIA E CONCELHO DE ALCOCHETE

Submetida à discussão, usaram da palavra:

- António Almeirim:

Na qualidade de Presidente da Junta de Freguesia de Samouco, estranhou muito não ver mencionada na proposta a igreja do Samouco. Consultou toda a legislação sobre classificação de imóveis desde 1910 até 1986 e na verdade nada encontrou com referência à igreja, solicitando assim alguma explicação.

- Miguel Boieiro:

No concelho de Alcochete são 3 os imóveis classificados: a igreja Matriz de S. João Batista (imóvel de interesse nacional), a Capela de Nossa Senhora da Vida (imóvel de interesse municipal) e igreja da Misericórdia (imóvel de interesse municipal). Quanto à igreja do Samouco não sabe porque não foi classificada, contudo nada obsta que não possa vir a ser.

António Almeirim:

Não ficou esclarecido, pelo que voltou a solicitar se alguém poderia explicar mais, acrescentando no entanto, que não estranhava que Miguel Boieiro em 1996 tivesse considerado mais importante a capela de Nossa Senhora da Vida do que a igreja do Samouco.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que a zona especial de proteção se iniciou por impulso da Câmara em 2006/2007 em função dos imóveis que estavam classificados. A ZEP é mais uma peça

num “puzzle” relacionado com as áreas de reabilitação urbana e constitui servidões administrativas de proteção e salvaguarda do património na envolvente dos três monumentos.

Parece-lhe pertinente que se avalie a possibilidade de a igreja do Samouco e os pórticos do Convento de S. Francisco puderem vir a ser avaliados e classificados, comprometendo-se que a Câmara irá diligenciar junto da Direção Geral do Património e do IGESPAR nesse sentido e assim, no futuro se poder vir a constituir uma ZEP para o Samouco e para S. Francisco.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

António Almeirim fez declaração de voto.

PONTO 4 – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA NO ÂMBITO DA LEI DOS COMPROMISSOS

O presidente da Câmara solicitou que a explicação fosse dada pela Chefe de Divisão da DAGR, tendo esta dito que a proposta vem à Assembleia à semelhança do que aconteceu no ano anterior e sempre acompanhada da proposta de orçamento e das GOP's para o ano seguinte. Pretende-se agilizar os processos de autorização de despesa, relativamente a compromissos plurianuais, dado que a Lei dos Compromissos veio limitar a autorização de despesa relativamente a compromissos plurianuais que estava expressa no Decreto Lei 179/99.

Pretende-se assim, que até aos cem mil euros a Assembleia Municipal autorize a Câmara Municipal e por sua vez esta autorize o presidente da Câmara a poder autorizar despesa para mais de um ano económico num limite de três anos económicos, sendo que todas as autorizações terão que ser presentes para conhecimento da Assembleia.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 5 – ACORDOS DE PAGAMENTOS

O presidente da Câmara solicitou que a explicação fosse dada pela Chefe de Divisão da DAGR, tendo esta dito que a proposta vem um pouco à semelhança da anterior, embora esta já tenha a ver com acordos de pagamentos que a Câmara previamente considerou com alguns fornecedores. Mas como o seu pagamento difere em mais de um ano económico, esta competência pertence à Assembleia Municipal e daí estar presente para deliberação.

- Patrícia Figueira:

Saudou a celebração dos acordos e perguntou se as verbas apresentadas nos quadros incluem juros de mora ou se são só de capital.

- Luiz Batista:

Também saudou a celebração dos acordos e perguntou porque não aparece o fracionamento nos anos subsequentes o caso da SIMARSUL.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que os valores apresentados incluem juros de mora. Em relação à SIMARSUL explicou que o valor apresentado é o que a Câmara se propõe pagar durante 2014, sem prejuízo de um acordo mais global que poderá ou não vir a celebrar com a SIMARSUL. Em 2014 existe um compromisso firmado, embora não formalmente, para o pagamento de 436 mil euros e ainda existe outra possibilidade relativamente aos valores remanescentes mas não residuais, que passará pela celebração de um contrato à semelhança de outros celebrados com outros municípios. Não poderão, no entanto, preterir os interesses do município em função da não verificação dos pressupostos já indicados.

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

PONTO 6 – GRANDES OPÇÕES DO PLANO, PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, ATIVIDADES MAIS RELEVANTES PARA OS ANOS DE 2014-2017; ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2014 E MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2014

Antes do início da discussão, o Presidente da Assembleia Municipal propôs que a discussão das matérias deste ponto fossem discutidas em conjunto.

Luiz Batista, propôs e foi aceite, que a discussão fosse conjunta, mas que a votação do Mapa de Pessoal fosse feita em separado.

- Presidente da Câmara:

Começou por salientar a significativa redução que se regista no orçamento para 2014, assim como nos GOP's que congregam outros documentos previsionais.

Houve uma preocupação de contenção que se conseguiu diferindo dívida de curto prazo para anos subsequentes. O esforço de contenção já vem de trás, mas sobretudo em Orçamento e no PPI tem que ver com uma redução de investimento porque se está no primeiro ano de um mandato que se seguiu a um de grande realização de investimento que os deixa expectantes ao que vai ser o novo quadro comunitário para 2014/2020.

Lembrou que a Câmara soube aproveitar fundos comunitários relativamente a alguns dos seus enchimentos. No anterior mandato até à aprovação do PEC2 a Câmara tinha capacidade de endividamento e que por via administrativa/legislativa passou de um município com capacidade de endividamento para um que excedeu a sua capacidade de endividamento.

Em termos do Orçamento, regista-se um aumento com Pessoal, que é meramente virtual, porque se considerou a hipótese de o Tribunal Constitucional poder vir a declarar inconstitucionais algumas normas constantes do Orçamento do Estado para

2014. Caso assim aconteça, a Câmara fica preparada porque tem dotação necessária para fazer face aos encargos.

Registe-se também, uma preocupação permanente desde 2010 com a redução de trabalho extraordinário, para além das ajudas de custo e abonos para falhas.

Não obstante ser um documento previsionial, a Câmara propõe-se concretizar a totalidade das suas propostas que foram sufragadas maioritariamente pelos cidadãos. Quanto aos projetos para estímulo à economia referiu: consta nos documentos previsionais a revisão do PDM e a aprovação da Carta da Rede Ecológica Nacional que criará condições para a reabilitação das áreas de desenvolvimento económico e áreas de localização empresarial. Com o QEC parece que uma das suas prioridades será a regeneração urbana e esta continuará a ser prioridade da Câmara.

A Câmara concentrou grande parte do seu investimento na ARU de Alcochete apesar de esta não estar ainda formalmente constituída aquando da realização dos investimentos, contudo, o propósito da Câmara passa pela regeneração urbana com investimento público, apesar de também se saber que o IMI e o seu paradigma também incentivam à reabilitação do edificado, mas aqui, também a Câmara já o transpôs e já fez o processo de regeneração urbana para Alcochete, Samouco e S. Francisco.

Há uma outra novidade em relação a anos anteriores, que é a apresentação para autorização à Câmara para contração de um empréstimo de curto prazo. Não é expectável que venha a ser necessário, mas pode ser um mecanismo cautelar que é utilizado por grande número de municípios para acorrer a algum problema de tesouraria.

Os documentos são rigorosos pelo que não é possível cortar mais despesa de funcionamento corrente, tornando-se por isso imperioso criar condições para aumentar o volume da receita.

A Lei do orçamento de Estado para 2014 não vem ajudar o município, porque este irá receber menos verbas que no ano anterior, sendo que em 2013 já recebeu menos 500 mil euros. Esta Lei introduz também que 1% da receita de IMI (esta constituía receita própria da Câmara) reverta para as juntas de freguesia.

Outra questão fundamental é o brutal aumento com as Despesas de Pessoal, por via do aumento para a Caixa Geral de Aposentações e para a ADSE. Existe um esforço grande ao nível do Poder Local (não se registando tal na Administração Central).

No próximo dia 1 de janeiro entrará em vigor a nova Lei de Finanças Locais, a qual extingue o IMT de forma progressiva, apesar de este ter vindo a reduzir a sua expressão como fonte de financiamento e receita própria do município.

Com a alteração de várias leis, no futuro, haverá um regime direcionado para que as autarquias vivam exclusivamente do IMI (já incomportável para muitas famílias) e pior ficará quando for extinta a cláusula de salvaguarda, não restando aos municípios alternativa senão taxar pelos limites máximos para poderem continuar a prestar serviço público.

- Vereadora Raquel Prazeres:

Relativamente ao Mapa de Pessoal informou que em 2013 foram anulados 16 lugares e criados 2. Em 2013 havia 395 lugares e em 2014, 381. A situação de redução a que os municípios são obrigados a cumprir, cria constrangimento ao nível da função do município, dado que há poucos assistentes operacionais. Contudo, os trabalhadores são bons profissionais, e fazem muitas vezes mais do que a sua obrigação.

O Mapa de Pessoal apresentado é contido, reduzido e o possível.

- Luiz Batista:

Solicitou esclarecimentos sobre uma verba inscrita na primeira página de 89 602 euros que respeita a uma correção de preços finais para a obra do Centro Escolar de S. Francisco.

Na página seguinte, em relação ao projeto PEDAL existe uma verba de 30 mil euros, pelo que perguntou se esta verba se destina a algum projeto ou se já existe algum em desenvolvimento no âmbito da autossustentabilidade da mobilidade em Alcochete.

Relativamente ao orçamento apresentado entende que o mesmo já é mais realista.

Em relação ao Mapa de Pessoal entende a sua redução como positiva, apesar de não compreender que tendo a Câmara falta de operacionais seja aí que não foi compensar. Pelo contrário, em outras divisões, nomeadamente no Desporto, abrem vacatura para mais um técnico superior de educação física quando já existem onze. Comparando com outros municípios de igual ou maior dimensão, o rácio destes é de 6 técnicos superiores, não compreendendo assim como se explica esta situação.

Outra situação, tem a ver com o lugar vago em Direito, quando existe a prestar funções na divisão do Desporto um licenciado nesta área.

O Presidente da Assembleia propôs a prorrogação dos trabalhos para além da hora regimental, o que foi aprovado por unanimidade.

- Patrícia Figueira:

Após uma breve análise aos GOP's parece-lhe que o mapa carece de alguma concretização, pelo menos, ao nível das opções políticas de fundo, sendo que a única maior concretização que encontra de algumas rubricas, se fazem entre despesas de capital e equipamento básico, verso equipamentos diversos, ou seja, não existe concretização expressa das políticas escolhidas e o custo das mesmas.

Suscitou dúvidas relativamente à inscrição de algumas rubricas, nomeadamente a relativa à requalificação da av. D. Manuel I – componente terra – perguntou, como está a Câmara a pensar acautelar a regularidade e execução deste contrato, dado que se encontra excedido o montante financiado bem como o prazo da obra.

Face ao indicado na declaração política dos documentos previsionais, solicitou que fossem enumeradas as medidas que implementam e estimulam negócios no tecido empresarial do concelho.

Face à desistência por parte da Câmara dos projetos de construção do Centro Escolar da Quebrada Norte e da aquisição tradicional bote “Leão”, perguntou porque se encontram previstas duas verbas para estes projetos.

Em relação ao Orçamento, reconhece o esforço de contenção, contudo, sendo documentos previsionais, a Câmara poderia ter ido mais longe em sede de execução, perguntando porque se consideraram 150 357 mil euros em comunicações, apenas para 1 divisão da Câmara, que tem apenas 17 funcionários.

- Iolanda Nunes:

Perguntou a que se deve a disparidade em relação aos valores monetários na parte do Orçamento relativa à Despesa, dado surgir em todas as divisões um item denominado “Outras Prestações Familiares” com uma verba atribuída de apenas €1,00.

- Presidente da Câmara:

Esclareceu que também não lhe agrada o formato das GOP's, mas é o modelo imposto. Estas deveriam demonstrar os compromissos firmados com a população, ou seja os eixos estratégicos que lhes foram apresentados e por ela sufragados de forma definitiva. Caso assim fosse, identificar-se-iam claramente as prioridades políticas da Câmara ao nível da requalificação das áreas de localização empresarial, do estímulo à economia, da regeneração urbana, da criação de uma agenda sustentável subjacente a um plano estratégico que está em curso e que só ainda não foi consolidado e concretizado porque em bom rigor, depende de ser conformado por parâmetros que não dependem da Câmara, nomeadamente no que será o novo Plano regional de Ordenamento do Território porque o Plano estratégico foi iniciado com base num contexto em que o Governo se tinha decidido relativamente à construção do novo aeroporto de Lisboa, à Nova Travessia sobre o Tejo, à Ferrovia de Alta Velocidade. Entretanto o Governo mudou e suspendeu ou cancelou estes objetivos, pelo que o plano estratégico será firmado durante os primeiros 6 meses do próximo ano.

Apesar desta contingência, afirmou que é fácil saber quais as prioridades da Câmara, bastando para isso que se consulte o compromisso eleitoral da CDU.

As obras da Frente Ribeirinha não estão concluídas, mas sim em fase de conclusão, que se presume ocorra no mês de janeiro, sem prejuízo para a Câmara no que diz respeito aos contratos firmados com o QREN. Lembrou todo o processo de adjudicação desta obra, afirmando que do atraso da obra não resultará nenhum prejuízo para a Câmara.

A Câmara só irá permitir o funcionamento de toda a área intervencionada quando a obra estiver não só concluída pela empresa, como também quando forem adotadas algumas medidas de condicionamento de estacionamento e também ao nível do mobiliário

urbano e outras estruturas que impeçam a devassa do espaço que deve ser o *ex libris* da vila de Alcochete.

Não tem dúvidas que com estas obras, ficaremos com uma das mais emblemáticas e mais bem conseguidas frentes ribeirinhas dos dezoito municípios da AML. Será um espaço de lazer e de convívio que trará muita gente a Alcochete e isso dinamizará o tecido económico local.

Outra medida, é a do IMI, que visa requalificar os centros históricos e a sua dinamização, não só no plano social mas também no plano económico.

Alertou para o facto de não se poder olhar para os documentos previsionais que são estéreis em termos de explicação ficando-se a pensar que eles não contêm medidas em concreto que precisam de ter rubricas e dotações.

Outra condicionante, prende-se com o processo de revisão do PDM, aproveitando uma vez mais para explicar o desenrolar de todo o processo, explicando que sem carta da REN aprovada, a Câmara não pode licenciar o que quer que seja sem parecer prévio da CCDRLVT, o que condiciona tremendamente a realização de investimentos.

O município de Alcochete é atrativo ao nível do turismo e é lamentável é que os agentes económicos envolvidos e algumas entidades exteriores à Câmara não tenham ainda conseguido a concretização de três empreendimentos turísticos que se situam nas antigas secas do bacalhau os quais aumentariam exponencialmente a oferta hoteleira no município.

Relativamente à construção do Centro Escolar da Quebrada e à aquisição do bote “Leão” afirmou de forma perentória que nunca disse que a Câmara havido desistido ou prescindido da sua construção, apesar de em reunião o presidente da CCDRLVT o ter convidado a desistir das candidaturas.

Lembrou que sem Quadro Comunitário de Apoio não é possível realizar o investimento. O processo de execução está em fase de elaboração e não se acelerou a sua conclusão porque em rigor, não havendo financiamento, não valia a pena.

Quanto ao bote “Leão”, esclareceu que a Câmara tinha uma candidatura aprovada para a sua construção e existe um acordo com um parceiro, agente privado, que se substituiria à Câmara no que diz respeito ao esforço nacional, ou seja, a Câmara conseguiria a construção de uma nova embarcação tradicional sem que gastasse nada.

No entanto, sabe-se que o então Ministro das Finanças Vitor Gaspar , produziu um célebre despacho a determinar que os contratos que já tinham sido assinados entre a CCDD e os municípios fossem revistos. Também em reunião com o presidente daquela entidade lhe foi transmitido que os fundos comunitários não serviriam para a construção de embarcações tradicionais.

Dados os factos, a Câmara irá aguardar pelo novo quadro estratégico comum para perceber o que se pode fazer.

Em relação ao valor que aparece para gastos em comunicações, esclareceu que está relacionado com o setor de expediente da DAGR, com o envio de correspondência aos

CTT e também com os encargos que a Câmara tem no envio da fatura da água aos munícipes. Apesar de se ter criado condições para tentar sensibilizar os munícipes para a fatura eletrónica, a verdade é que ainda não se registou grande adesão, pelo que não é possível ainda reduzir mais os encargos.

A propósito de comunicações, informou que a Câmara está num processo de centralização de comunicações, móveis e não só e interne com a Vodafone, com a obrigação de reduzir custos.

O valor de 80 mil euros apontado por Luiz Batista resulta de um acordo celebrado entre a Câmara e a firma Pragosa, SA. Os 160 mil euros dizem respeito à emissão do último auto da construção de empreitadas de obras públicas e também com o acerto relacionado com os preços, aplicado por força de uma Portaria que anualmente revê os preços. Novamente, explicou os factos ocorridos na adjudicação da empreitada.

Informou também com referência ao PEDAL que a Câmara tinha um projeto de eco mobilidade sustentável que transformaria conjuntamente com as obras da Frente Ribeirinha, criaria condições para potenciar de forma notável não só o turismo, como o lazer e a dinamização do tecido económico, mais centrado ao nível do centro histórico.

O valor inscrito respeita ao contrato celebrado com a Transitec para o estabelecimento da mobilidade e circulação no centro histórico de Alcochete.

Também desta candidatura a Câmara foi convidada a desistir, o que veio coartar os objetivos da candidatura, não obstante se ter ficado com o projeto de mobilidade e se ter conseguido inserir a substituição dos balastos eletrónicos no centro histórico no início do verão de 2012.

A verba de €1,00 tem a ver com a necessidade de manter rubrica aberta para um eventual reforço. Ao longo dos anos “Outras Prestações Sociais” dizem respeito ao subsídio a pagar em caso de morte de funcionários.

Não lhe pareceu correta a comparação feita com outros municípios, porque é necessário perceber a dimensão da atividade que é desenvolvida ao nível do desporto pelos diversos municípios. Sem desprimor, o município do Montijo não promove a prática de desporto como se faz neste município, que a desenvolve e cobre todos os escalões etários e para isso, precisamos de técnicos qualificados, tanto mais que a prática desportiva mexe com a saúde das pessoas.

- Vereadora Raquel Prazeres:

Informou que iria dar conhecimento do elogio ao setor de Recursos Humanos da DJRHT.

Reiterou a importância das funções desempenhadas pelos técnicos de educação física e em relação ao funcionário licenciado em Direito a prestar funções no Desporto, informou que o mesmo tem a seu cargo toda a parte de planeamento e de função consultiva da divisão.

O lugar de jurista que se encontra vago não tem que obrigatoriamente ser provido.

- Presidente da Câmara:

A terminar, referiu estranhar que ninguém se tivesse centrado no principal problema da Câmara, que não é de Despesa mas sim de Receita.

Submetido à votação o Mapa de Pessoal, foi aprovado por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS), 3 abstenções (CDS/PP) e 2 votos contra (PSD).

Luiz Batista fez declaração de voto em nome do PSD.

Submetidos à votação, as Grandes Opções do Pano, Plano Plurianual de Investimentos, Atividades Mais Relevantes para os anos de 2014-2017 e Orçamento para o ano de 2014, foram aprovados por maioria, com 19 votos a favor (CDU e PS) e 5 abstenções (CDS/PP e PSD).

Fizeram declaração de voto:

- Luiz Batista em nome do PSD;
- Patrícia Figueira em nome do CDS/PP;
- Iolanda Nunes em nome do PS;
- Fernando Leiria em nome da CDU.

PERÍODO DE ANTES DE ENCERRAR A SESSÃO

Registaram-se as seguintes intervenções:

- Miguel Boieiro:

Lembrou a votação que se irá realizar no dia 16.1.2014, para a eleição da Comissão Executiva da Área Metropolitana de Lisboa.

Informou que irá estar ausente do país, entre 15.1.2014 e 2.2.2014, para participar num Congresso.

Desejou a todos os presentes um ano de 2014 menos mau que o de 2013 e informou que os vereadores do PS e do CDS-PP, também endereçaram à Assembleia votos de boas festas.

- Presidente da Câmara:

Em nome da Câmara desejou a todos um feliz ano novo.

ATA EM MINUTA

Seguidamente procedeu-se à leitura da ata em minuta, que após submetida à discussão e votação, foi aprovada por unanimidade.

ENCERRAMENTO: E nada mais havendo a tratar, pelas 02:10 horas, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão, da qual para constar, se lavrou a presente que eu, Idália Maria Coelho Fonseca Bernardo, Coordenadora Técnica, subscrevo e assino.

A COORDENADORA TÉCNICA:

O PRESIDENTE: